

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

O Popular

MP-GO pagou R$ 102 ml de extra teto em 2024

.....

Agência Cora de Notícias

Economia realiza encontros para promover integração e inovação na gestão fiscal

.....

Assembléia Legislativa de Goiás

Autoridades debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na ampliação do acesso às creches em Goiás

.....

Eixo Capital

Autoridades estaduais e municipais debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na a ampliação do acesso às creche

.....

Jornal do Vale

Autoridades debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na ampliação do acesso às creches em Goiás

.....

TV Atual

Autoridades debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na ampliação do acesso às creches em Goiás

.....

EGNews

Autoridades debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na ampliação do acesso às creches em Goiás

.....

MP-GO pagou R$ 102 ml de extra teto em 2024

O Ministério Público de Goiás (MP-GO) pagou R$ 102,8 mi-lhõesdeextratetopara412 membros em 2024. Com o resultado, o estado ficou em 6* lugar no País em lista que contém 25 unidades, divulgada em levantamento da Transparência Brasil. O salário bruto médio mensal foi de RS 64,5 mil. Os pagamentos acima do teto constitucional são possíveis por causa de penduricalhos com natureza indenizatória concedidos à categoria (auxílios saúde e alimentação, além de outras gratificações).

No ranking, os estados mais populosos do País ficaram no topo. O Ministério Público de São Paulo é o primeiro, com o pagamento de RS 426,3 milhões a 1.971 membros. Na sequência, estão Rio de Janeiro (RS 330,4 milhões de extrateto a 849 membros) e Minas Gerais (RS 288,7 milhões e 1.064 promotores e procuradores).

Na lista, existem casos de MPs com quantidade maior de membros que Goiás, mas que pagaram valores extrateto menores. O Ministério Público da Bahia, por exemplo, tem 582 membros e pagou R$ 84,5 milhões. No Rio Grande do Sul, a unidade estadual pagou RS 80 milhões de extrateto para 671 promotores e procuradores.

Em número de membros. Goiás fica em 10° lugar na lista. O coordenador de projetos da Transparência Brasil, Cristiano Pavini, afirmou que os números de Goiás apontam "um claro descompasso nos salários brutos de seus membros em relação à média do Ministério Público, tanto nos estados quanto da União".

O MP-GO e a Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) afirmaram, em notas, que todos os pagamentos são feitos de acordo com a legislação.

GERAL

O estudo da Transparência Brasil mostra que as membros do Ministério Público, de forma geral, receberam pelo menos RS 2.3 bilhões acima do teto constitucional no ano passado. Para o levantamento, a entidade analisou as contracheques de 11,7 mil membros de 25 unidades do órgão (21 estaduais e quatro da União). A conclusão é que 98% destes membros receberam salário bruto acima do limite.

Goiás está entre as dez unidades em que todos os promotores e procuradores receberam acima do teto em 2024. Também entram na lista Alagoas, Mato Grosso, Amazonas, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia e Acre. Nos casos de Amapá, Pernambuco, Sergipe e Espírito Santo, apenas um membro não registrou pagamento acima do teto. As informações de outros estados não foram usadas por falta total ou parcial de dados.

Pavini afirmou que o MP-GO pagou, em 2024, R$ 60,5 milhões a título de "outras verbas indenizatórias", uma nomenclatura que, segundo ele, é opaca e nâo permite identificar a que se refere. Pavini disse que a Transparência Brasil também verificou baixa incidência de descontos devido ao teto constitucional. ou seja. de abatimentos que deveríam ser aplicados nas remunerações que extrapolam o teto.

"Isso ocorre, principalmente, porque esses promotores e procuradores recebem benefícios a título de indenização, não atinente ao teto e, sequer, à incidência de Imposto de Renda" afirmou Pavini. O maior valor extrateto pago em Goiás no ano passado foi de R$ 500 mil a um procurador.

REGRA

Na metodologia, foi considerado como salário bruto a soma de vencimentos e benefícios de cada membro, com exceção da gratificação natalina (representa o 13° salário), adicional de um terço de férias, pagamentos retroativos e valores abatidos por causa do teto. O limite de pagamento para membros do Ministério Público é o subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de R$ 41,6 mi 1 em janeiro de 2024 e R$ 44 mil de fevereiro em diante. Os dados foram coletados em abril de 2025.

O estudo mostra ainda que os penduricalhos por acúmulo de serviço - como licença-compensatória, gratificação por exercício cumulativo e de acervo - são os mais representativos nos pagamentos de promotores e procuradores, somando R$ 687,4 milhões no País.

Pavini afirmou que o Judieiário e o Ministério Público, em geral, compartilham a cultura de maximização de benefícios a seus membros, "driblando o teto constitucional mediante a instituição de diversos pendurieallhos a título de indenização".

"É necessário uma reforma administrativa que estabeleça novamente a eficácia desse teto, estabelecendo, entre outros, que indenizações devem ser pagas apenas a título de reparação, e não como uma mecanismo de enriquecimento contínuo", disse. Pavini destacou que o problema não é restrito a Goiás, mas ao sistema de forma geral.

REAÇÃO

Em nota, o MP-GO afirmou que todas as remunerações pagas pelo órgão "estão em consonância com a Constituição Federal, a legislação infraconstitucional e atos normativos". Também por nota, a AGMP argumentou que o MP-GO, em 2024, recebeu o Selo Diamante no Radar Nacional da Transparência Pública, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atrieon).

A AGMP (Associação Goiana do Ministério Público) também afirmou que todos os pagamentos e repasses do MP-GO estão "em absoluta conformidade" com os princípios da atividade administrativa e limites impostos pela l^ei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A associação apontou ainda que os pagamentos são fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e nenhuma irregularidade foi apontada.

"A AGMP reafirma seu compromisso com a transparência, a legalidade e a valorização da carreira, elementos

essenciais para a manutenção de um Ministério Público forte, independente e capaz de defender os direitos da sociedade", disse a associação, em nota.

Economia realiza encontros para promover integração e inovação na gestão fiscal

Dando continuidade ao encontro iniciado nesta segunda-feira (20/10), a Secretaria da Economia realiza nesta terça-feira (21/10) o segundo dia do 1º Seminário do Tesouro Estadual e 2º Encontro Regional da Rede de Finanças Sipofe.

O evento ocorre no auditório Conselheiro José Sebba, no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, das 8 às 18 horas.

A programação desta terça-feira contará com o secretário da Economia de Goiás, Francisco Sérvulo Freire Nogueira, e convidados de destaque nacional, como a subsecretária de Revisão do Gasto Público do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Rebeca Regina Regatiere, e o secretário da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes.

O evento inclui painéis técnicos e estudos de caso, com apresentações de diferentes entes federativos sobre o uso de soluções tecnológicas inovadoras aplicadas à gestão fiscal. Os debates abordarão temas como planejamento e orçamento público, eficiência do gasto, sustentabilidade nas finanças estaduais e transformação digital.

Com cerca de 400 servidores participantes, o encontro tem como objetivo fortalecer a integração entre as áreas de finanças públicas e estimular a adoção de boas práticas e inovação tecnológica na administração estadual. A programação é voltada para gestores, técnicos e demais servidores da administração pública estadual.

Temas

1º Seminário do Tesouro Estadual

Cenário Macroeconômico 2025 e Perspectivas para 2026;

Revisão de Gastos Públicos - Desafios e Oportunidades;

Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

2º Encontro Regional da Rede de Finanças Sipofe

Regras Fiscais para entes Subnacionais;

Atualização das Atividades da Rede de Finanças;

Retenção de Tributos - EFD-Reinf;

Encerramento do Exercício Fiscal: Boas Práticas e Desafios.

Programação

Dia 21/10

8h - 9h - Recepção e Abertura

9h - 10h - Palestra: Cenário Macroeconômico 2025 e Perspectiva para 2026 - Arnaldo Barbosa de Lima Junior - líder na área de relações institucionais da Polo Capital

10h - 10h30 - Intervalo Coffee break

10h30 - 12h - Painel: Revisão de Gastos Públicos - Desafios e Oportunidades

Mediador: Wederson Xavier de Oliveira - Subsecretário do Tesouro Estadual

Rebeca Regina Regarieri - Subsecretária de Revisão do Gasto Público na Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento - SMA/MPO

Carlos Gonçalves - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

12h - 14h - Intervalo almoço

14h - 16h - Painel: Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag)

Mediador: Francisco Sérvulo Nogueira - Secretário de Estado da Economia

Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes - Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Wederson Xavier de Oliveira - Subsecretário do Tesouro Estadual

Denis do Prado Netto - Coordenador Geral de Haveres Financeiros

16h30 - 18h - Coquetel de encerramento

Serviço

1º Seminário do Tesouro Estadual e 2º Encontro Regional da Rede de Finanças Sipofe

Data: 20 e 21 de outubro

Horário: 8h às 18h

Local: Auditório Conselheiro José Sebba, no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)

Saiba mais

Autoridades debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na ampliação do acesso às creches em Goiás

Por iniciativa da deputada Bia de Lima (PT), a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) foi palco de audiência pública com o tema "Educação infantil: ampliação do acesso às creches e o desafio do financiamento". O encontro teve local no Auditório Francisco Gedda e contou com a presença de representantes do setor educacional.

Além da parlamentar, a mesa dos trabalhos foi composta pela secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli; o coordenador da Área Infracional da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Thomas Nicolau Oliveira; a coordenadora da área de Educação do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Vanessa Goulart Barbosa; o presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Edson Ferrari; o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios Goianos (TCM-GO), Joaquim de Castro; e o conselheiro supervisor da Comissão Multidisciplinar Específica de Educação do TCM-GO, Fabrício Motta.

Tomaram assento, ainda, a coordenadora do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (Geape-GO), Alessandra Gotti; o procurador de Justiça do município de Goiânia, Celio Natal dos Santos; a representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seccional Goiás (Undime-GO), Abderlúcia de Castro; o titular da 3ª Defensoria Pública da Infância e Juventude de Goiânia, João Pedro Carvalho Garcia; o secretário-executivo da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Jaime Ricardo Ferreira; a coordenadora da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação de Goiás (UNCME-GO), Maria Ester Carvalho; a representante do Fórum Goiano de Educação Infantil (FGOEI), Telma Aparecida Teles; e o representante da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Natan Gomes dos Santos.

Ao iniciar os trabalhos, Bia de Lima observou que o encontro decorre após conversas com o Gaepe, que apresentou demandas relativas ao tema. "É uma tarefa que nos foi dada e eu prontamente atendi", comentou. "A tarefa conjunta é, na discussão do orçamento para 2026, propor formas de ajudar os municípios no cumprimento de suas responsabilidades constitucionais, como oferecer vagas nas creches", acrescentou.

A legisladora ainda frisou que a temática não é nova e que é preciso dar um impulso, uma nova dinâmica, para que as crianças goianas possam ter direito às creches e aos CMEIS.

"Há algum tempo, creche era sinônimo de depósito de criança, mas temos nos esforçado para que os municípios possam cumprir suas obrigações. É um desafio grandioso fazer com que as crianças tenham essa vaga garantida e dar a oportunidade para que as nossas crianças tenham o que há de melhor: profissionais capacitadas e qualificados, uma alimentação saudável", afirmou.

Bia de Lima avaliou que os municípios foram sobrecarregados com as demandas educacionais e salientou que zelar pela educação básica transcende as diferenças partidárias. "Não é uma questão ideológica, mas uma determinação constitucional. Estamos aqui independentemente de qual a visão, religião ou cargo que ocupamos, com o objetivo único de buscarmos, todos juntos, avançar na questão de oferecer às crianças de Goiás a oportunidade de ter sua vaga na creche ou no CMEI", ressaltou.

Por fim, Bia destacou a importância de planejamento orçamentário para garantir acesso à educação de qualidade. "Orçamento é crucial. Sem projeto, seja na esfera estadual ou federal, não rola. É preciso ter projeto e os municípios precisam estar mais preparados quanto ao que precisam. Do contrário, o que vemos é esse cenário de creches paradas", encerrou.

Secretaria da Educação

A secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli, chegou, após a abertura dos trabalhos, fez sua explanação e pontuou que o tema é motivo de preocupação dentro da pasta. Assim, ela apresentou como solução a unidade dos parlamentares na destinação de emendas. Também se colocou à disposição para dialogar com o chefe do Poder Executivo na busca de soluções.

"Vim deixar um recado especial, pois estou aqui fazendo esse pedido aos nossos deputados: hoje, vocês têm 524 milhões de emendas parlamentares no orçamento. Eu penso que talvez tenha acendido na educação infantil a luz de alerta e seja o caso de pensarmos em um prazo acordado, de em média 3 anos, para destinar emendas para atender à infraestrutura da rede física de educação municipal, pois se ficarmos apenas conversando, não vamos avançar na pauta", declarou Gavioli.

Representantes do Gaepe

Alessandra Gotti, coordenadora do Geape, foi a terceira a fazer uso da palavra e salientou que "não faltam evidências da importância de investimentos para a educação básica". Ela também apontou que há legislações sobre o tema e que a origem do problema decorre sobretudo da "falta de estabelecer a educação infantil como prioridade no Estado brasileiro".

Ainda em tempo, Alessandra comentou que os desafios são vastos e frisou que a desigualdade social é um dos gargalos no contexto brasileiro. Ao citar dados, ela destacou que apenas 30,6% das crianças entre as famílias em situação de vulnerabilidade têm acesso à educação e, para sanar essa realidade, é preciso do apoio conjunto das entidades públicas.

O conselheiro Fabrício Motta também falou no mesmo sentido e considerou que "o cenário é grave, pois é o descumprimento de promessas com nossas crianças". Assim, ele relembrou que a demanda apresentada tende a ser muito maior do que os números apresentados e argumentou que a luta do Gaepe é cumprir as metas estabelecidas.

Assim, Motta apontou que uma possível solução seria a de os municípios aprofundarem o seu diagnóstico, realizando censos municipais, no intuito de identificar a real necessidade, se há imóveis públicos subutilizados e o estabelecimento de convênios com entidades privadas.

Por fim, o conselheiro apontou a urgência em socorrer, sobretudo, os pequenos municípios. "Precisamos focar nos pequenos municípios, pois os grandes municípios têm mais recursos e capacidade institucional para buscar suas próprias soluções. Além disso, temos que colaborar com esse diagnóstico. Todo recurso que for destinado à educação é bem-vindo e esse custeio da educação tem que ser sempre progressivo. Temos que pensar nesse apoio à formação continuada e no apoio do legislativo, sobretudo na destinação de emendas", declarou.

Demais debatedores

Anderlúcia de Castro, do Undime-GO, também falou sobre as dificuldades da educação infantil e acentuou a necessidade de trabalhos conjuntos. Ela ainda explanou que é preciso pensar na continuidade dos trabalhos educacionais. "O importante não é só abrir mais salas, mas também mantê-las. O custo da educação infantil é muito alto, sobretudo porque mantemos essas crianças em tempo integral", afirmou.

Edson Ferrari fez uma mea culpa em seu pronunciamento. "A culpa é nossa, pois a responsabilidade é do Estado e, eu como controlador, sou um dos responsáveis por não olhar a aplicação correta dos recursos. O que faremos daqui para frente?", indagou.

Assim, Ferrari também salientou que a complexidade da educação básica passa pela intersetorialidade dos trabalhos e defendeu que é preciso uma definição clara e objetiva no orçamento.

Vanessa Goulart falou sobre a atuação do MP-GO em relação ao tema: "Fomentar a ampliação de vagas é um dos objetivos do nosso planejamento estratégico e estamos atuando de uma forma muito contundente e não sozinhos, para conseguirmos atingir esse objetivo. A participação do Estado é muito importante na educação infantil. Não é uma tarefa exclusiva e solitária. É preciso essa articulação coordenada e interfederativa para atingir esses objetivos". Assim, ela falou que a educação básica de qualidade é estendida em benefícios para toda a vida.

João Pedro Carvalho assinalou que a pauta da educação é "muito cara" para a DPE-GO e observou que é uma das maiores demandas da instituição. "Somos buscados todos os dias por vagas em creches. Então, recebemos os dramas das famílias e sabemos da complexidade do tema. No entanto, essa reunião é o ponto inicial e acredito que a união de todos, com os bons exemplos em outros estados brasileiros, e termos como prioridade esse tema, vamos efetivar a ajuda estatal para a educação infantil", encerrou.

Telma Aparecida Teles destacou que o encontro traz outro olhar para a situação. "Estarmos aqui, enquanto movimento social, nos coloca em outro lugar no sentido de que nunca foi tão importante falar sobre o óbvio, que a educação infantil está na Constituição Federal, mas, ao mesmo tempo, quais desses direitos estão sendo materializados?", questionou.

Assim, Telma apontou sua observação enquanto pesquisadora da área: "São 37 anos de direitos ainda não conquistados, pois não há educação para todas as crianças de até 6 anos de idade".

Jaime Ricardo comentou sobre ações da Prefeitura de Goiânia e salientou a importância orçamentária para garantir o acesso à educação: "A fila de espera em Goiânia só muda para mais. Quando fizemos o primeiro mutirão, tínhamos 4 mil crianças na fila. Hoje, já são 6 mil crianças na fila. Contudo, estamos trabalhando com a Defensoria Pública, e outras mãos, pois não é uma tarefa fácil. E quando todos se conscientizarem que criança na escola significa

orçamento, aí vamos avançar muito e esse é nosso desejo".

Maria Ester Carvalho abordou a atuação da UNCME-GO: "Temos real interesse nesse tema, pois nós, dos conselhos de educação, vamos criar as normas específicas para eles oferecerem a qualidade e a equidade da oferta de vagas. Então, pensem como é importante que os municípios que não possuem este conselho precisam pensar em como eles estão atendendo esses alunos. Pois, criança não tem que ter condição mínima. Elas merecem condição total na educação".

Após as contribuições da mesa, a palavra foi franqueada ao público para esclarecimento de dúvidas e sugestões para a pauta.

Autoridades estaduais e municipais debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na a ampliação do acesso às creches

Por iniciativa da deputada Bia de Lima (PT), a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) foi palco de audiência pública com o tema "Educação infantil: ampliação do acesso às creches e o desafio do financiamento". O encontro teve local no auditório Francisco Gedda e contou com a presença de representantes do setor educacional.

Além da parlamentar, a mesa dos trabalhos foi composta pela secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli; o coordenador da Área Infracional da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Thomas Nicolau Oliveira; a coordenadora da área de Educação do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Vanessa Goulart Barbosa; o presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Edson Ferrari; o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios Goianos (TCM-GO), Joaquim de Castro e o conselheiro supervisor da Comissão Multidisciplinar Específica de Educação do TCM-GO, Fabrício Motta.

Tomaram assento, ainda, a coordenadora do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (Geape-GO), Alessandra Gotti; o procurador de Justiça do município de Goiânia, Celio Natal dos Santos; a representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seccional Goiás (Undime-GO), Abderlúcia de Castro; o titular da 3ª Defensoria Pública da Infância e Juventude de Goiânia, João Pedro Carvalho Garcia; o secretário-executivo da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Jaime Ricardo Ferreira; a coordenadora da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação de Goiás (UNCME-GO), Maria Ester Carvalho; a representante do Fórum Goiano de Educação Infantil (FGOEI), Telma Aparecida Teles; e o representante da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Natan Gomes dos Santos.

Ao iniciar os trabalhos, Bia de Lima observou que o encontro decorre após conversas com o Gaepe, que apresentou demandas relativas ao tema. "É uma tarefa que nos foi dada e eu prontamente atendi", comentou. A tarefa conjunta é, na discussão do orçamento para 2026, propor formas de ajudar os municípios no cumprimento de suas responsabilidades constitucionais, como oferecer vagas nas creches.

A parlamentar ainda frisou que a temática não é nova e que é preciso dar um impulso, uma nova dinâmica, para que as crianças goianas possam ter direito às creches e aos CMEIS.

"Há algum tempo, creche era sinônimo de depósito de criança, mas temos nos esforçado para que os municípios possam cumprir suas obrigações. É um desafio grandioso fazer com que as crianças tenham essa vaga garantida e dar a oportunidade para que as nossas crianças tenham o que há de melhor: profissionais capacitadas e qualificados, uma alimentação saudável. "

Bia de Lima avaliou que os municípios foram sobrecarregados com as demandas educacionais e salientou que zelar pela educação básica transcende diferenças partidárias. "Não é uma questão ideológica, mas uma determinação constitucional. Estamos aqui independentemente de qual a visão, religião ou cargo que ocupamos, com o objetivo único de buscarmos, todos juntos, avançar na questão de oferecer às crianças de Goiás a oportunidade de ter sua vaga na creche ou no CMEI."

Por fim, ela destacou a importância de planejamento orçamentário para garantir acesso à educação de qualidade. "Orçamento é crucial. Sem projeto, seja na esfera estadual ou federal, não rola. É preciso ter projeto e os municípios precisam estar mais preparados quanto ao que precisam. Do contrário, o que vemos é esse cenário de creches paradas", encerrou.

Secretaria da Educação

A secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli, chegou, após a abertura dos trabalhos, fez sua explanação e pontuou que o tema é motivo de preocupação dentro da pasta. Assim, ela apresentou como solução a unidade dos parlamentares na destinação de emendas. Também se colocou à disposição para dialogar com o chefe do Poder Executivo na busca de soluções.

"Vim deixar um recado especial, pois estou aqui fazendo esse pedido aos nossos deputados: hoje, vocês têm 524 milhões de emendas parlamentares no orçamento. Eu penso que talvez tenha acendido na educação infantil a luz de alerta e seja o caso de pensarmos em um prazo acordado, de em média 3 anos, para destinar emendas para atender à infraestrutura da rede física de educação municipal, pois se ficarmos apenas conversando, não vamos avançar na pauta", declarou.

Representantes do Gaepe

Alessandra Gotti foi a terceira a fazer uso da palavra e salientou que "não faltam evidencias da importância de investimentos para a educação básica". Ela também apontou que há legislações sobre o tema e que a origem do problema decorre sobretudo da "falta de estabelecer a educação infantil como prioridade no Estado brasileiro".

Ainda em tempo, ela comentou que os desafios são vastos e frisou que a desigualdade social é um dos gargalos no contexto brasileiro. Ao citar dados, ela destacou que apenas 30,6% das crianças entre as famílias em situação de vulnerabilidade tem acesso à educação e, para sanar essa realidade, é preciso do apoio conjunto das entidades públicas.

Fabricio Motta também falou no mesmo sentido e considerou que "o cenário é grave, pois é o descumprimento de promessas com nossas crianças". Assim, ele relembrou que a demanda apresentada tende a ser muito maior do que os números apresentados e argumentou que a luta do Gaepe é cumprir as metas estabelecidas.

Assim, Motta apontou que uma possível solução seria a de os municípios aprofundarem o seu diagnóstico, realizando censos municipais, no intuito de identificar a real necessidade, se há imóveis públicos subutilizados e o estabelecimento de convênios com entidades privadas.

Por fim, ele apontou a urgência em socorrer, sobretudo, os pequenos municípios. "Precisamos focar nos pequenos municípios, pois os grandes municípios têm mais recursos e capacidade institucional para buscar suas proporias soluções. Além disso, temos que colaborar com esse diagnóstico. Todo recurso que for destinado à educação é bem-vindo e esse custeio da educação tem que ser sempre progressivo. Temos que pensar nesse apoio à formação continuada e no apoio do legislativo, sobretudo na destinação de emendas", declarou.

Demais debatedores

Anderlúcia de Castro, do Undime-GO, também falou sobre as dificuldades da educação infantil e acentuou a necessidade de trabalhos conjuntos. Ela ainda explanou que é preciso pensar na continuidade dos trabalhos educacionais. "O importante não é só abrir mais salaS, mas também mantê-las. O custo da educação infantil é muito alto, sobretudo porque mantemos essas crianças em tempo integral."

Edson Ferrari fez uma mea culpa em seu pronunciamento. "A culpa é nossa, pois a responsabilidade é do Estado e, eu como controlador, sou um dos responsáveis por não olhar a aplicação correta dos recursos. O que faremos daqui para frente?"

Assim, ele também salientou que a complexidade da educação básica passa pela intersetorilidade dos trabalhos e defendeu que é preciso definição clara e objetiva no orçamento.

Vanessa Goulart falou sobre a atuação do MP-GO em relação ao tema. "Fomentar a ampliação de vagas é um dos objetivos do nosso planejamento estratégico e estamos atuando de uma forma muito contundente e não sozinhos, para conseguirmos atingir esse objetivo. A participação do Estado é muito importante na educação infantil. Não é uma tarefa exclusiva e solitária. É preciso essa articulação coordenada e interfederativa para atingir esses objetivos". Assim, ela falou que a educação básica de qualidade é estendida em benefícios para toda a vida.

João Pedro Carvalho assinalou que a pauta da educação é "muito cara" para a DPE-GO e observou que é uma das maiores demandas da instituição. "Somos buscados todos os dias por vagas em creche. Então, recebemos os dramas das famílias e sabemos da complexidade do tema. No entanto, essa reunião é o ponto inicial e acredito que a união de todos, com os bons exemplos em outros estados brasileiros, e termos como prioridade esse tema, vamos efetivar a ajuda estatal para a educação infantil", encerrou.

Telma Aparecida Teles destacou que o encontro traz outro olhar para a situação. "Estarmos aqui, enquanto movimento social, nos coloca em outro lugar no sentido de que nunca foi tão importante falar sobre o óbvio, que a educação infantil está na Constituição Federal, mas, ao mesmo tempo, quais desses direitos estão sendo materializados?"

Assim, ela apontou sua observação enquanto pesquisadora da área: "São 37 anos de direitos ainda não conquistados, pois não há educação para todas as crianças de até 6 anos de idade."

Jaime Ricardo comentou sobre ações da Prefeitura de Goiânia. Ele também salientou a importância orçamentaria para garantir o acesso à educação. "A fila de espera em Goiânia só muda para mais. Quando fizemos o primeiro mutirão, tínhamos 4 mil crianças na fila. Hoje, já são 6 mil crianças na fila. Contudo, estamos trabalhando com a Defensoria Pública, e outras mãos, pois não é uma tarefa fácil. E quando todos se conscientizarem que criança na escola significa orçamento, aí vamos avançar muito e esse é nosso desejo."

Maria Ester Carvalho abordou a atuação da UNCME-GO. "Temos real interesse nesse tema, pois nós, dos conselhos de educação, vamos criar as normas especificas para eles oferecerem a qualidade e a equidade da oferta de vagas. Então, pensem como é importante que os municípios que não possuem este conselho precisam pensar em como eles estão atendendo esses alunos. Pois, criança não tem que ter condição mínima. Elas merecem condição total na educação", salientou.

Após as contribuições da mesa, a palavra foi franqueada ao público para esclarecimento de dúvidas e sugestões para a pauta.

Autoridades debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na ampliação do acesso às creches em Goiás

Por iniciativa da deputada Bia de Lima (PT), a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) foi palco de audiência pública com o tema "Educação infantil: ampliação do acesso às creches e o desafio do financiamento". O encontro teve local no auditório Francisco Gedda e contou com a presença de representantes do setor educacional.

Além da parlamentar, a mesa dos trabalhos foi composta pela secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli; o coordenador da Área Infracional da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Thomas Nicolau Oliveira; a coordenadora da área de Educação do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Vanessa Goulart Barbosa; o presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Edson Ferrari; o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios Goianos (TCM-GO), Joaquim de Castro e o conselheiro supervisor da Comissão Multidisciplinar Específica de Educação do TCM-GO, Fabrício Motta.

Tomaram assento, ainda, a coordenadora do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (Geape-GO), Alessandra Gotti; o procurador de Justiça do município de Goiânia, Celio Natal dos Santos; a representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seccional Goiás (Undime-GO), Abderlúcia de Castro; o titular da 3ª Defensoria Pública da Infância e Juventude de Goiânia, João Pedro Carvalho Garcia; o secretário-executivo da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Jaime Ricardo Ferreira; a coordenadora da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação de Goiás (UNCME-GO), Maria Ester Carvalho; a representante do Fórum Goiano de Educação Infantil (FGOEI), Telma Aparecida Teles; e o representante da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Natan Gomes dos Santos.

Ao iniciar os trabalhos, Bia de Lima observou que o encontro decorre após conversas com o Gaepe, que apresentou demandas relativas ao tema. "É uma tarefa que nos foi dada e eu prontamente atendi", comentou. A tarefa conjunta é, na discussão do orçamento para 2026, propor formas de ajudar os municípios no cumprimento de suas responsabilidades constitucionais, como oferecer vagas nas creches.

A parlamentar ainda frisou que a temática não é nova e que é preciso dar um impulso, uma nova dinâmica, para que as crianças goianas possam ter direito às creches e aos CMEIS.

"Há algum tempo, creche era sinônimo de depósito de criança, mas temos nos esforçado para que os municípios possam cumprir suas obrigações. É um desafio grandioso fazer com que as crianças tenham essa vaga garantida e dar a oportunidade para que as nossas crianças tenham o que há de melhor: profissionais capacitadas e qualificados, uma alimentação saudável. "

Bia de Lima avaliou que os municípios foram sobrecarregados com as demandas educacionais e salientou que zelar pela educação básica transcende diferenças partidárias. "Não é uma questão ideológica, mas uma determinação constitucional. Estamos aqui independentemente de qual a visão, religião ou cargo que ocupamos, com o objetivo único de buscarmos, todos juntos, avançar na questão de oferecer às crianças de Goiás a oportunidade de ter sua vaga na creche ou no CMEI."

Por fim, ela destacou a importância de planejamento orçamentário para garantir acesso à educação de qualidade. "Orçamento é crucial. Sem projeto, seja na esfera estadual ou federal, não rola. É preciso ter projeto e os municípios precisam estar mais preparados quanto ao que precisam. Do contrário, o que vemos é esse cenário de creches paradas", encerrou.

Secretaria da Educação

A secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli, chegou, após a abertura dos trabalhos, fez sua explanação e pontuou que o tema é motivo de preocupação dentro da pasta. Assim, ela apresentou como solução a unidade dos parlamentares na destinação de emendas. Também se colocou à disposição para dialogar com o chefe do Poder Executivo na busca de soluções.

"Vim deixar um recado especial, pois estou aqui fazendo esse pedido aos nossos deputados: hoje, vocês têm 524 milhões de emendas parlamentares no orçamento. Eu penso que talvez tenha acendido na educação infantil a luz de alerta e seja o caso de pensarmos em um prazo acordado, de em média 3 anos, para destinar emendas para atender à infraestrutura da rede física de educação municipal, pois se ficarmos apenas conversando, não vamos avançar na pauta", declarou.

Representantes do Gaepe

Alessandra Gotti foi a terceira a fazer uso da palavra e salientou que "não faltam evidencias da importância de investimentos para a educação básica". Ela também apontou que há legislações sobre o tema e que a origem do problema decorre sobretudo da "falta de estabelecer a educação infantil como prioridade no Estado brasileiro".

Ainda em tempo, ela comentou que os desafios são vastos e frisou que a desigualdade social é um dos gargalos no contexto brasileiro. Ao citar dados, ela destacou que apenas 30,6% das crianças entre as famílias em situação de vulnerabilidade tem acesso à educação e, para sanar essa realidade, é preciso do apoio conjunto das entidades públicas.

Fabricio Motta também falou no mesmo sentido e considerou que "o cenário é grave, pois é o descumprimento de promessas com nossas crianças". Assim, ele relembrou que a demanda apresentada tende a ser muito maior do que os números apresentados e argumentou que a luta do Gaepe é cumprir as metas estabelecidas.

Assim, Motta apontou que uma possível solução seria a de os municípios aprofundarem o seu diagnóstico, realizando censos municipais, no intuito de identificar a real necessidade, se há imóveis públicos subutilizados e o estabelecimento de convênios com entidades privadas.

Por fim, ele apontou a urgência em socorrer, sobretudo, os pequenos municípios. "Precisamos focar nos pequenos municípios, pois os grandes municípios têm mais recursos e capacidade institucional para buscar suas proporias soluções. Além disso, temos que colaborar com esse diagnóstico. Todo recurso que for destinado à educação é bem-vindo e esse custeio da educação tem que ser sempre progressivo. Temos que pensar nesse apoio à formação continuada e no apoio do legislativo, sobretudo na destinação de emendas", declarou.

Demais debatedores

Anderlúcia de Castro, do Undime-GO, também falou sobre as dificuldades da educação infantil e acentuou a necessidade de trabalhos conjuntos. Ela ainda explanou que é preciso pensar na continuidade dos trabalhos educacionais. "O importante não é só abrir mais salaS, mas também mantê-las. O custo da educação infantil é muito alto, sobretudo porque mantemos essas crianças em tempo integral."

Edson Ferrari fez uma mea culpa em seu pronunciamento. "A culpa é nossa, pois a responsabilidade é do Estado e, eu como controlador, sou um dos responsáveis por não olhar a aplicação correta dos recursos. O que faremos daqui para frente?"

Assim, ele também salientou que a complexidade da educação básica passa pela intersetorilidade dos trabalhos e defendeu que é preciso definição clara e objetiva no orçamento.

Vanessa Goulart falou sobre a atuação do MP-GO em relação ao tema. "Fomentar a ampliação de vagas é um dos objetivos do nosso planejamento estratégico e estamos atuando de uma forma muito contundente e não sozinhos, para conseguirmos atingir esse objetivo. A participação do Estado é muito importante na educação infantil. Não é uma tarefa exclusiva e solitária. É preciso essa articulação coordenada e interfederativa para atingir esses objetivos". Assim, ela falou que a educação básica de qualidade é estendida em benefícios para toda a vida.

João Pedro Carvalho assinalou que a pauta da educação é "muito cara" para a DPE-GO e observou que é uma das maiores demandas da instituição. "Somos buscados todos os dias por vagas em creche. Então, recebemos os dramas das famílias e sabemos da complexidade do tema. No entanto, essa reunião é o ponto inicial e acredito que a união de todos, com os bons exemplos em outros estados brasileiros, e termos como prioridade esse tema, vamos efetivar a ajuda estatal para a educação infantil", encerrou.

Telma Aparecida Teles destacou que o encontro traz outro olhar para a situação. "Estarmos aqui, enquanto movimento social, nos coloca em outro lugar no sentido de que nunca foi tão importante falar sobre o óbvio, que a educação infantil está na Constituição Federal, mas, ao mesmo tempo, quais desses direitos estão sendo materializados?"

Assim, ela apontou sua observação enquanto pesquisadora da área: "São 37 anos de direitos ainda não conquistados, pois não há educação para todas as crianças de até 6 anos de idade."

Jaime Ricardo comentou sobre ações da Prefeitura de Goiânia. Ele também salientou a importância orçamentaria para garantir o acesso à educação. "A fila de espera em Goiânia só muda para mais. Quando fizemos o primeiro mutirão, tínhamos 4 mil crianças na fila. Hoje, já são 6 mil crianças na fila. Contudo, estamos trabalhando com a Defensoria Pública, e outras mãos, pois não é uma tarefa fácil. E quando todos se conscientizarem que criança na escola significa orçamento, aí vamos avançar muito e esse é nosso desejo."

Maria Ester Carvalho abordou a atuação da UNCME-GO. "Temos real interesse nesse tema, pois nós, dos conselhos de educação, vamos criar as normas especificas para eles oferecerem a qualidade e a equidade da oferta de vagas. Então, pensem como é importante que os municípios que não possuem este conselho precisam pensar em como eles estão atendendo esses alunos. Pois, criança não tem que ter condição mínima. Elas merecem condição total na educação", salientou.

Após as contribuições da mesa, a palavra foi franqueada ao público para esclarecimento de dúvidas e sugestões para a pauta.

Autoridades debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na ampliação do acesso às creches em Goiás

Por iniciativa da deputada Bia de Lima (PT), a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) foi palco de audiência pública com o tema "Educação infantil: ampliação do acesso às creches e o desafio do financiamento". O encontro teve local no auditório Francisco Gedda e contou com a presença de representantes do setor educacional.

Além da parlamentar, a mesa dos trabalhos foi composta pela secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli; o coordenador da Área Infracional da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Thomas Nicolau Oliveira; a coordenadora da área de Educação do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Vanessa Goulart Barbosa; o presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Edson Ferrari; o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios Goianos (TCM-GO), Joaquim de Castro e o conselheiro supervisor da Comissão Multidisciplinar Específica de Educação do TCM-GO, Fabrício Motta.

Tomaram assento, ainda, a coordenadora do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (Geape-GO), Alessandra Gotti; o procurador de Justiça do município de Goiânia, Celio Natal dos Santos; a representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seccional Goiás (Undime-GO), Abderlúcia de Castro; o titular da 3ª Defensoria Pública da Infância e Juventude de Goiânia, João Pedro Carvalho Garcia; o secretário-executivo da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Jaime Ricardo Ferreira; a coordenadora da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação de Goiás (UNCME-GO), Maria Ester Carvalho; a representante do Fórum Goiano de Educação Infantil (FGOEI), Telma Aparecida Teles; e o representante da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Natan Gomes dos Santos.

Ao iniciar os trabalhos, Bia de Lima observou que o encontro decorre após conversas com o Gaepe, que apresentou demandas relativas ao tema. "É uma tarefa que nos foi dada e eu prontamente atendi", comentou. A tarefa conjunta é, na discussão do orçamento para 2026, propor formas de ajudar os municípios no cumprimento de suas responsabilidades constitucionais, como oferecer vagas nas creches.

A parlamentar ainda frisou que a temática não é nova e que é preciso dar um impulso, uma nova dinâmica, para que as crianças goianas possam ter direito às creches e aos CMEIS.

"Há algum tempo, creche era sinônimo de depósito de criança, mas temos nos esforçado para que os municípios possam cumprir suas obrigações. É um desafio grandioso fazer com que as crianças tenham essa vaga garantida e dar a oportunidade para que as nossas crianças tenham o que há de melhor: profissionais capacitadas e qualificados, uma alimentação saudável. "

Bia de Lima avaliou que os municípios foram sobrecarregados com as demandas educacionais e salientou que zelar pela educação básica transcende diferenças partidárias. "Não é uma questão ideológica, mas uma determinação constitucional. Estamos aqui independentemente de qual a visão, religião ou cargo que ocupamos, com o objetivo único de buscarmos, todos juntos, avançar na questão de oferecer às crianças de Goiás a oportunidade de ter sua vaga na creche ou no CMEI."

Por fim, ela destacou a importância de planejamento orçamentário para garantir acesso à educação de qualidade. "Orçamento é crucial. Sem projeto, seja na esfera estadual ou federal, não rola. É preciso ter projeto e os municípios precisam estar mais preparados quanto ao que precisam. Do contrário, o que vemos é esse cenário de creches paradas", encerrou.

Secretaria da Educação

A secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli, chegou, após a abertura dos trabalhos, fez sua explanação e pontuou que o tema é motivo de preocupação dentro da pasta. Assim, ela apresentou como solução a unidade dos parlamentares na destinação de emendas. Também se colocou à disposição para dialogar com o chefe do Poder Executivo na busca de soluções.

"Vim deixar um recado especial, pois estou aqui fazendo esse pedido aos nossos deputados: hoje, vocês têm 524 milhões de emendas parlamentares no orçamento. Eu penso que talvez tenha acendido na educação infantil a luz de alerta e seja o caso de pensarmos em um prazo acordado, de em média 3 anos, para destinar emendas para atender à infraestrutura da rede física de educação municipal, pois se ficarmos apenas conversando, não vamos avançar na pauta", declarou.

Representantes do Gaepe

Alessandra Gotti foi a terceira a fazer uso da palavra e salientou que "não faltam evidencias da importância de investimentos para a educação básica". Ela também apontou que há legislações sobre o tema e que a origem do problema decorre sobretudo da "falta de estabelecer a educação infantil como prioridade no Estado brasileiro".

Ainda em tempo, ela comentou que os desafios são vastos e frisou que a desigualdade social é um dos gargalos no contexto brasileiro. Ao citar dados, ela destacou que apenas 30,6% das crianças entre as famílias em situação de vulnerabilidade tem acesso à educação e, para sanar essa realidade, é preciso do apoio conjunto das entidades públicas.

Fabricio Motta também falou no mesmo sentido e considerou que "o cenário é grave, pois é o descumprimento de promessas com nossas crianças". Assim, ele relembrou que a demanda apresentada tende a ser muito maior do que os números apresentados e argumentou que a luta do Gaepe é cumprir as metas estabelecidas.

Assim, Motta apontou que uma possível solução seria a de os municípios aprofundarem o seu diagnóstico, realizando censos municipais, no intuito de identificar a real necessidade, se há imóveis públicos subutilizados e o estabelecimento de convênios com entidades privadas.

Por fim, ele apontou a urgência em socorrer, sobretudo, os pequenos municípios. "Precisamos focar nos pequenos municípios, pois os grandes municípios têm mais recursos e capacidade institucional para buscar suas proporias soluções. Além disso, temos que colaborar com esse diagnóstico. Todo recurso que for destinado à educação é bem-vindo e esse custeio da educação tem que ser sempre progressivo. Temos que pensar nesse apoio à formação continuada e no apoio do legislativo, sobretudo na destinação de emendas", declarou.

Demais debatedores

Anderlúcia de Castro, do Undime-GO, também falou sobre as dificuldades da educação infantil e acentuou a necessidade de trabalhos conjuntos. Ela ainda explanou que é preciso pensar na continuidade dos trabalhos educacionais. "O importante não é só abrir mais salaS, mas também mantê-las. O custo da educação infantil é muito alto, sobretudo porque mantemos essas crianças em tempo integral."

Edson Ferrari fez uma mea culpa em seu pronunciamento. "A culpa é nossa, pois a responsabilidade é do Estado e, eu como controlador, sou um dos responsáveis por não olhar a aplicação correta dos recursos. O que faremos daqui para frente?"

Assim, ele também salientou que a complexidade da educação básica passa pela intersetorilidade dos trabalhos e defendeu que é preciso definição clara e objetiva no orçamento.

Vanessa Goulart falou sobre a atuação do MP-GO em relação ao tema. "Fomentar a ampliação de vagas é um dos objetivos do nosso planejamento estratégico e estamos atuando de uma forma muito contundente e não sozinhos, para conseguirmos atingir esse objetivo. A participação do Estado é muito importante na educação infantil. Não é uma tarefa exclusiva e solitária. É preciso essa articulação coordenada e interfederativa para atingir esses objetivos". Assim, ela falou que a educação básica de qualidade é estendida em benefícios para toda a vida.

João Pedro Carvalho assinalou que a pauta da educação é "muito cara" para a DPE-GO e observou que é uma das maiores demandas da instituição. "Somos buscados todos os dias por vagas em creche. Então, recebemos os dramas das famílias e sabemos da complexidade do tema. No entanto, essa reunião é o ponto inicial e acredito que a união de todos, com os bons exemplos em outros estados brasileiros, e termos como prioridade esse tema, vamos efetivar a ajuda estatal para a educação infantil", encerrou.

Telma Aparecida Teles destacou que o encontro traz outro olhar para a situação. "Estarmos aqui, enquanto movimento social, nos coloca em outro lugar no sentido de que nunca foi tão importante falar sobre o óbvio, que a educação infantil está na Constituição Federal, mas, ao mesmo tempo, quais desses direitos estão sendo materializados?"

Assim, ela apontou sua observação enquanto pesquisadora da área: "São 37 anos de direitos ainda não conquistados, pois não há educação para todas as crianças de até 6 anos de idade."

Jaime Ricardo comentou sobre ações da Prefeitura de Goiânia. Ele também salientou a importância orçamentaria para garantir o acesso à educação. "A fila de espera em Goiânia só muda para mais. Quando fizemos o primeiro mutirão, tínhamos 4 mil crianças na fila. Hoje, já são 6 mil crianças na fila. Contudo, estamos trabalhando com a Defensoria Pública, e outras mãos, pois não é uma tarefa fácil. E quando todos se conscientizarem que criança na escola significa orçamento, aí vamos avançar muito e esse é nosso desejo."

Maria Ester Carvalho abordou a atuação da UNCME-GO. "Temos real interesse nesse tema, pois nós, dos conselhos de educação, vamos criar as normas especificas para eles oferecerem a qualidade e a equidade da oferta de vagas. Então, pensem como é importante que os municípios que não possuem este conselho precisam pensar em como eles estão atendendo esses alunos. Pois, criança não tem que ter condição mínima. Elas merecem condição total na educação", salientou.

Após as contribuições da mesa, a palavra foi franqueada ao público para esclarecimento de dúvidas e sugestões para a pauta.

Autoridades debatem o desafio financeiro na educação básica, com foco na ampliação do acesso às creches em Goiás

Por iniciativa da deputada Bia de Lima (PT), a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) foi palco de audiência pública com o tema "Educação infantil: ampliação do acesso às creches e o desafio do financiamento". O encontro teve local no Auditório Francisco Gedda e contou com a presença de representantes do setor educacional.

Além da parlamentar, a mesa dos trabalhos foi composta pela secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli; o coordenador da Área Infracional da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Thomas Nicolau Oliveira; a coordenadora da área de Educação do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Vanessa Goulart Barbosa; o presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Edson Ferrari; o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios Goianos (TCM-GO), Joaquim de Castro; e o conselheiro supervisor da Comissão Multidisciplinar Específica de Educação do TCM-GO, Fabrício Motta.

Tomaram assento, ainda, a coordenadora do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (Geape-GO), Alessandra Gotti; o procurador de Justiça do município de Goiânia, Celio Natal dos Santos; a representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seccional Goiás (Undime-GO), Abderlúcia de Castro; o titular da 3ª Defensoria Pública da Infância e Juventude de Goiânia, João Pedro Carvalho Garcia; o secretário-executivo da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Jaime Ricardo Ferreira; a coordenadora da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação de Goiás (UNCME-GO), Maria Ester Carvalho; a representante do Fórum Goiano de Educação Infantil (FGOEI), Telma Aparecida Teles; e o representante da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Natan Gomes dos Santos.

Ao iniciar os trabalhos, Bia de Lima observou que o encontro decorre após conversas com o Gaepe, que apresentou demandas relativas ao tema. "É uma tarefa que nos foi dada e eu prontamente atendi", comentou. "A tarefa conjunta é, na discussão do orçamento para 2026, propor formas de ajudar os municípios no cumprimento de suas responsabilidades constitucionais, como oferecer vagas nas creches", acrescentou.

A legisladora ainda frisou que a temática não é nova e que é preciso dar um impulso, uma nova dinâmica, para que as crianças goianas possam ter direito às creches e aos CMEIS.

"Há algum tempo, creche era sinônimo de depósito de criança, mas temos nos esforçado para que os municípios possam cumprir suas obrigações. É um desafio grandioso fazer com que as crianças tenham essa vaga garantida e dar a oportunidade para que as nossas crianças tenham o que há de melhor: profissionais capacitadas e qualificados, uma alimentação saudável", afirmou.

Bia de Lima avaliou que os municípios foram sobrecarregados com as demandas educacionais e salientou que zelar pela educação básica transcende as diferenças partidárias. "Não é uma questão ideológica, mas uma determinação constitucional. Estamos aqui independentemente de qual a visão, religião ou cargo que ocupamos, com o objetivo único de buscarmos, todos juntos, avançar na questão de oferecer às crianças de Goiás a oportunidade de ter sua vaga na creche ou no CMEI", ressaltou.

Por fim, Bia destacou a importância de planejamento orçamentário para garantir acesso à educação de qualidade. "Orçamento é crucial. Sem projeto, seja na esfera estadual ou federal, não rola. É preciso ter projeto e os municípios precisam estar mais preparados quanto ao que precisam. Do contrário, o que vemos é esse cenário de creches paradas", encerrou.

Secretaria da Educação

A secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli, chegou, após a abertura dos trabalhos, fez sua explanação e pontuou que o tema é motivo de preocupação dentro da pasta. Assim, ela apresentou como solução a unidade dos parlamentares na destinação de emendas. Também se colocou à disposição para dialogar com o chefe do Poder Executivo na busca de soluções.

"Vim deixar um recado especial, pois estou aqui fazendo esse pedido aos nossos deputados: hoje, vocês têm 524 milhões de emendas parlamentares no orçamento. Eu penso que talvez tenha acendido na educação infantil a luz de alerta e seja o caso de pensarmos em um prazo acordado, de em média 3 anos, para destinar emendas para atender à infraestrutura da rede física de educação municipal, pois se ficarmos apenas conversando, não vamos avançar na pauta", declarou Gavioli.

Representantes do Gaepe

Alessandra Gotti, coordenadora do Geape, foi a terceira a fazer uso da palavra e salientou que "não faltam evidências da importância de investimentos para a educação básica". Ela também apontou que há legislações sobre o tema e que a origem do problema decorre sobretudo da "falta de estabelecer a educação infantil como prioridade no Estado brasileiro".

Ainda em tempo, Alessandra comentou que os desafios são vastos e frisou que a desigualdade social é um dos gargalos no contexto brasileiro. Ao citar dados, ela destacou que apenas 30,6% das crianças entre as famílias em situação de vulnerabilidade têm acesso à educação e, para sanar essa realidade, é preciso do apoio conjunto das entidades públicas.

O conselheiro Fabrício Motta também falou no mesmo sentido e considerou que "o cenário é grave, pois é o descumprimento de promessas com nossas crianças". Assim, ele relembrou que a demanda apresentada tende a ser muito maior do que os números apresentados e argumentou que a luta do Gaepe é cumprir as metas estabelecidas.

Assim, Motta apontou que uma possível solução seria a de os municípios aprofundarem o seu diagnóstico, realizando censos municipais, no intuito de identificar a real necessidade, se há imóveis públicos subutilizados e o estabelecimento de convênios com entidades privadas.

Por fim, o conselheiro apontou a urgência em socorrer, sobretudo, os pequenos municípios. "Precisamos focar nos pequenos municípios, pois os grandes municípios têm mais recursos e capacidade institucional para buscar suas próprias soluções. Além disso, temos que colaborar com esse diagnóstico. Todo recurso que for destinado à educação é bem-vindo e esse custeio da educação tem que ser sempre progressivo. Temos que pensar nesse apoio à formação continuada e no apoio do legislativo, sobretudo na destinação de emendas", declarou.

Demais debatedores

Anderlúcia de Castro, do Undime-GO, também falou sobre as dificuldades da educação infantil e acentuou a necessidade de trabalhos conjuntos. Ela ainda explanou que é preciso pensar na continuidade dos trabalhos educacionais. "O importante não é só abrir mais salas, mas também mantê-las. O custo da educação infantil é muito alto, sobretudo porque mantemos essas crianças em tempo integral", afirmou.

Edson Ferrari fez uma mea culpa em seu pronunciamento. "A culpa é nossa, pois a responsabilidade é do Estado e, eu como controlador, sou um dos responsáveis por não olhar a aplicação correta dos recursos. O que faremos daqui para frente?", indagou.

Assim, Ferrari também salientou que a complexidade da educação básica passa pela intersetorialidade dos trabalhos e defendeu que é preciso uma definição clara e objetiva no orçamento.

Vanessa Goulart falou sobre a atuação do MP-GO em relação ao tema: "Fomentar a ampliação de vagas é um dos objetivos do nosso planejamento estratégico e estamos atuando de uma forma muito contundente e não sozinhos, para conseguirmos atingir esse objetivo. A participação do Estado é muito importante na educação infantil. Não é uma tarefa exclusiva e solitária. É preciso essa articulação coordenada e interfederativa para atingir esses objetivos". Assim, ela falou que a educação básica de qualidade é estendida em benefícios para toda a vida.

João Pedro Carvalho assinalou que a pauta da educação é "muito cara" para a DPE-GO e observou que é uma das maiores demandas da instituição. "Somos buscados todos os dias por vagas em creches. Então, recebemos os dramas das famílias e sabemos da complexidade do tema. No entanto, essa reunião é o ponto inicial e acredito que a união de todos, com os bons exemplos em outros estados brasileiros, e termos como prioridade esse tema, vamos efetivar a ajuda estatal para a educação infantil", encerrou.

Telma Aparecida Teles destacou que o encontro traz outro olhar para a situação. "Estarmos aqui, enquanto movimento social, nos coloca em outro lugar no sentido de que nunca foi tão importante falar sobre o óbvio, que a educação infantil está na Constituição Federal, mas, ao mesmo tempo, quais desses direitos estão sendo materializados?", questionou.

Assim, Telma apontou sua observação enquanto pesquisadora da área: "São 37 anos de direitos ainda não conquistados, pois não há educação para todas as crianças de até 6 anos de idade".

Jaime Ricardo comentou sobre ações da Prefeitura de Goiânia e salientou a importância orçamentária para garantir o acesso à educação: "A fila de espera em Goiânia só muda para mais. Quando fizemos o primeiro mutirão, tínhamos 4 mil crianças na fila. Hoje, já são 6 mil crianças na fila. Contudo, estamos trabalhando com a Defensoria Pública, e outras mãos, pois não é uma tarefa fácil. E quando todos se conscientizarem que criança na escola significa

orçamento, aí vamos avançar muito e esse é nosso desejo".

Maria Ester Carvalho abordou a atuação da UNCME-GO: "Temos real interesse nesse tema, pois nós, dos conselhos de educação, vamos criar as normas específicas para eles oferecerem a qualidade e a equidade da oferta de vagas. Então, pensem como é importante que os municípios que não possuem este conselho precisam pensar em como eles estão atendendo esses alunos. Pois, criança não tem que ter condição mínima. Elas merecem condição total na educação".

Após as contribuições da mesa, a palavra foi franqueada ao público para esclarecimento de dúvidas e sugestões para a pauta.